

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT01.104

23 ANOS DA LEI DE LIBRAS: UMA REFLEXÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DA DISCIPLINA DE LIBRAS NO CURSO DE LICENCIATURA

Patrícia Roberta da Silva¹

José Arnaldo Lima Dias²

RESUMO

A Língua Brasileira de Sinais - Libras adentrou à universidade precisamente há 20 anos, através regulamentação do Decreto nº 5.626/2005, que instituiu a disciplina de Libras como obrigatória nos cursos de Fonoaudiologia, licenciaturas e Pedagogia, além de optativa para os demais cursos. Mas isso só foi possível posterior a oficialização da Lei 10.436/2002, que oficializou a língua de sinais como língua de instrução da comunidade surda brasileira, esse feito completou 23 anos. A partir daí, surge o objetivo geral desta pesquisa: Analisar a disciplina de Libras em cursos de Licenciatura ainda com as reflexões levantadas durante uma pesquisa realizada no mestrado, sendo assim, os objetivos específicos o refletir sobre o percurso e a importância da disciplina para a formação docente e na sociedade, comparar as estruturas das disciplinas carga horária a partir destes documentos, mantendo o sigilo das instituições analisadas a partir dos dados encontrados em domínio público, refletir sobre o percurso e a importância da disciplina para a formação docente e a sociedade. Desse modo, na base teórica que norteou está pesquisa; a concepção

1 Doutoranda pelo Curso de Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco -UNICAP, patricia.rdsilva41@professor.educacao.pe.gov.br;

2 Mestrando do Curso de profissional de História da Universidade Católica de Pernambuco -UNICAP, josearnaldolimadias@gmail.com;

de primeira e segunda língua para surdos de acordo com Quadros (2004), (2006); o bilinguismo, segundo Quadros (2004), a abordagem educacional através de Skliar (1998), formação docente Freire (1998), documentos como a legislação, entre outros. A metodologia utilizada foi qualitativa e quantitativa, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, segundo Gil (2008). A partir da análise de conteúdo de Bardin (2011), Como resultado de pesquisa identificamos que a carga horária da disciplina de Libras não é suficiente diante das necessidades existentes no ensino de uma língua, identificamos também que algumas disciplinas acontecem no início do curso, qual estes futuros docentes estão inexperientes, o que deixa lacunas na formação inicial de Língua Portuguesa que servirá na prática destes futuros docentes acerca das particularidades da Libras e do Surdo.

Palavras-chave: Libras, Licenciaturas, Ensino, Formação docente.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge da experiência vivenciada durante a construção da dissertação que fez identificar alguns pontos pertinentes a temática deste trabalho, dando continuidade a essa reflexão observando que este ano fazem 23 anos da Lei 10.436/02, chamada de Lei de Libras, que oficializou o reconhecimento da língua de brasileira de sinais como a língua de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, surge a questão de pesquisa, o que mudou durante esses 23 anos de reconhecimento e oficialização, no contexto educacional a partir da presença da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores? Quais avanços? E qual sua importância?

Diante de tal questionamento além de reflexões levantadas durante a pesquisa para construção da dissertação, surge o objetivo deste trabalho, analisar a disciplina de Libras em cursos de Licenciaturas, através das matrizes encontradas em domínio público de quatro instituições de ensino superior de diferentes esperas sendo duas públicas, e duas privadas, fazendo uma releitura do que essas disciplinas oportunizaram a formação docente ao longo dessa trajetória de 20 anos do decreto que implementou a disciplina de libras na formação de professores e dos 23 anos de reconhecimento desta língua em território nacional. Nos objetivos específicos buscou-se refletir sobre o percurso e a importância da disciplina para a formação docente e na sociedade, comparar as estruturas das disciplinas carga horária a partir destes documentos, mantendo o sigilo das instituições analisadas.

Sua metodologia é composta por etapas, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, (Gil, 2008), de viés bibliográfico, documental e descritivo. Ocorreu a seleção de quatro instituições de ensino superior, especificamente unidades de ensino superior com cursos da área de Licenciatura, da espera pública e privada, qual através ao acesso a matriz curricular disponível em domínio público. Posterior esse filtro, que será analisado utilizaremos fontes que construirá a tessitura

de nossa pesquisa com bases em referências que corroborará com nossa temática, e refletirá sobre a importância desta disciplina e as mudanças ocorridas ao longo deste período de implementação da obrigatoriedade da disciplina nos cursos de formação de professores. Segundo afirma o decreto 5.626/2005 em seu capítulo II artigo 03:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Vale considerar a relevância deste reconhecimento para a comunidade surda, assim como também para a formação docente, depois da implementação das disciplinas de Libras nos cursos de graduação, seja ela optativa ou obrigatória, levando em consideração a formação docente inicial, e o papel docente no processo de ensino aprendizagem destacando para o que é exposto no mesmo decreto no capítulo IV artigo 14 inciso 1º qual afirma que “professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos.” Assim, a disciplina de Libras na formação docente fomentará o conhecimento citado nos documentos legais acerca da presença de professores regentes que compreendam as especificidades da pessoa surda, sendo assim, tais conhecimentos provocará uma mudança na prática docente e conseqüentemente, oportunizando ao estudante surdo que tenha acesso a práticas docentes inovadoras e eficaz no processo de ensino aprendizagem. Ressaltando que segundo (Freire, 1996, p.38) “Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de

ontem que se pode melhorar a próxima prática. ” Fazendo um recorte temporal dentro da educação de surdos e da formação de professores, presenciaremos respectivamente a negação ao direito de uso da língua brasileira de sinais, principalmente durante a filosofia oralista que proibia o uso da língua sinalizada, de acordo com (Skliar, 1998, p. 27) “O oralismo constitui uma filosofia educacional que tem como objetivo ensinar a criança surda a falar e a compreender a língua oral por meio de métodos artificiais, negando o uso da língua de sinais. ” Assim, a ausência desta disciplina nos cursos de formação docente, atrapalhou a construção de conhecimentos específicos sobre as singularidades da comunidade surda. Pois de acordo com (Quadros; Paterno, 2006, p.24), “Os professores, tendo informação sobre a Libras e os surdos, passarão a planejar as suas aulas com melhor qualidade e terão mais elementos para discutir com toda a escola sobre a inclusão dos alunos surdos”. Portanto, é inegável que a presença da disciplina de Libras, oportuniza para o professor em formação inicial a aquisição de novas formas de exercer a prática docente para os estudantes surdos de maneira eficaz, respeitando as particularidades desta comunidade, qual é chamada de minoria linguística, considerando o aspecto de sua língua, que é retratada na Lei de Libras, artigo 1º parágrafo único:

“Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. ” (BRASIL,2002).

Este reconhecimento linguístico oportunizou a comunidade surda o status bilíngue, pois, utilizarão como língua materna (L1) a Libras e como segunda língua (L2) o Português na modalidade escrita. “A língua de sinais é a primeira língua da maioria das pessoas surdas, pois é através dela que ocorre o desenvolvimento linguístico e cognitivo, permitindo ao surdo o acesso ao conhecimento e à interação social. ” (Quadros; Karnopp, 2004, p. 47), sendo assim, a língua adquirida de maneira visual e gestual, é fun-

damental para o desenvolvimento do pensamento, da linguagem e da identidade surda. Para a mesma autora “O português é considerado a segunda língua para o surdo, sendo aprendido posteriormente à língua de sinais e por meio desta, em sua modalidade escrita.” (Quadros; Karnopp, 2004, p. 48), podemos perceber que a língua portuguesa é aprendida como L2, mediada pela Libras. Possibilitando um universo bilíngue que segundo (Quadros e Karnopp, 2004, p. 49) afirma que “a proposta bilíngue reconhece a língua de sinais como a primeira língua da pessoa surda e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua”, sendo assim a educação bilíngue busca oferecer à pessoa surda o acesso ao conhecimento por meio de ambas as línguas, sendo a Libras como L1 e o português como L2.

Portanto, a formação de professores deve não se limitar apenas ao conteúdo, mas deve contemplar diferentes conhecimentos permitindo assim que sua prática seja eficaz, (Libâneo, 2001, p.47), relata que “A formação de professores deve assegurar a aquisição e o desenvolvimento de competências necessárias à atividade docente, compreendendo, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores voltados para o ensino e para aprendizagem dos alunos.” Oportunizando o desenvolvimento pedagógico, ético e reflexivo, para que o professor possa atuar de maneira crítica e consciente, refletindo no processo de ensino aprendizagem. Segundo Quadros (2006, p.24) ressalta que o fortalecimento da Libras depende da formação de profissionais bilíngues, da construção de políticas públicas linguísticas e da consolidação da Libras como língua de instrução. Neste sentido, Skliar (1998, p. 33) argumenta que “ a verdadeira inclusão não se constrói pela adaptação do surdo ao modelo ouvinte, mas pelo reconhecimento da diferença como valor e pela convivência entre línguas e culturas”. Portanto, compreender a Libras como uma língua legítima e necessária à inclusão da comunidade surda requer ações concretas de toda sociedade. Como afirma Perlin (2005, p. 74), “ a língua de sinais é o caminho pelo qual o surdo se constitui como sujeito de cultura e de conhecimento”.

Segundo Lacerda (2009, p. 72), o modelo bilíngue “propõe que o surdo se aproprie de sua língua natural como meio de aquisição de conhecimento e de construção de identidade aprendendo o português como segunda língua, prioritariamente na modalidade escrita”. Essa abordagem valoriza o sujeito surdo como pertencente de uma comunidade linguística específica, com cultura e modos próprios de comunicação e produção de saberes. Como afirma Quadros (1997, p. 28):

“A proposta bilíngue surge do reconhecimento de que o surdo é um sujeito visual e de que a língua de sinais constitui o alicerce do desenvolvimento cognitivo, social e linguístico da pessoa surda. O português, por sua vez, deve ser ensinado como segunda língua, mediado pela Libras, respeitando-se as especificidades linguísticas desse sujeito”.

A consolidação do modelo bilíngue também é resultado da luta da comunidade surda por reconhecimento e inclusão social, por este motivo pensar na prática docente é pensar na participação de todos os estudantes envolvidos no processo de ensino aprendizagem, independente deficiência que o estudante possuir, deve-se buscar estratégias para participação afetiva de todos na sociedade e no processo educacional, respeitando as características linguísticas do estudante surdo.

É importante compreender o pacto da negação ao direito da comunidade surda em acessar sua língua em todos espaços sociais em solo brasileiro, é extremamente relevante identificar o surdo, não por sua deficiência, mas como sujeito cultural (Perlin, 2005, p.69), levando em consideração sua cultura e identidade. Garantindo que o surdo participe ativamente dos diferentes espaços de maneira equitativa e justa. A autora argumenta que o surdo, ao ser reconhecido como sujeito de uma língua, torna-se também sujeito de direitos. No entanto, o período histórico de negação linguística ainda persiste em diferentes esferas sociais, limitando o acesso à informação, à educação e à cidadania plena, como afirma Quadros (2006, p. 17):

“A exclusão do surdo dos espaços sociais é consequência direta da falta de políticas linguísticas efetivas que garantam o uso

da Libras como meio de comunicação oficial. A ausência de intérpretes, a carência de profissionais bilíngues e o desconhecimento da língua de sinais pela sociedade contribuem para o isolamento e para a marginalização da comunidade surda”.

Assim, garantir que o sujeito surdo tenha acesso à sua língua em todos os espaços sociais quer ações concretas de políticas linguísticas e educacionais, que envolvem desde a formação de profissionais bilíngues, a presença de intérpretes de Libras/ Língua português em diversos serviços públicos, até a inclusão curricular da Libras na educação básica. Lacerda (2009) reforça que a inclusão real não se limita à presença física do surdo nos ambientes, mas depende de sua possibilidade de interação e expressão em sua língua natural.

A presença da disciplina de Libras é fundamental para promover sua difusão, ensino e uso social ampliado. Isso implica em políticas públicas comprometidas com a inclusão linguística, formação de professores bilíngues, acessibilidade comunicacional, e, sobretudo, no combate a atitudes que deslegitimam a língua e a cultura surda.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho foi desenvolvida em etapas, primeiramente a partir de levantamentos bibliográficos e documentais que construirá o arcabouço teórico e o material da análise. Foram selecionadas quatro instituições de ensino superior do estado de Pernambuco, de esfera pública e privada, que ofertam cursos de Licenciaturas. Segundo (Gil, 2008, p.50) nos diz que: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos”. Esse material levantado auxiliará para construção teórica desta pesquisa. Foram analisados documentos como a matriz curricular, dos cursos de licenciatura, das instituições selecionadas, segundo (Gil, 2008, p.51) afirma que “A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza contribuição

de diversos autores, sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. ”

Em sua abordagem a pesquisa se enquadra como qualitativa e quantitativa, segundo afirma (Gil, 2008, p.27) “A pesquisa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. ” Já as pesquisas quantitativas segundo o mesmo autor (Gil, 2008, p. 26) “a pesquisa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. ” Os dados encontrados serão analisados a partir da categorização de Bardin, “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações [...] visando obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos. ” (Bardin, 2011, p.48). Sendo assim, a análise dos dados será a partir da releitura de quadros intitulados como Instituição A, B, C e D, devidamente identificadas quanto a ser pública ou privada. Em cada quadro encontraremos informações sobre o curso, nome da disciplina, carga horária, esses dados oportuniza uma releitura consciente sobre a presença da Libras nos cursos de formação de professores. Tal pesquisa torna-se pertinente, pois durante esses anos ocorreram diferentes avanços, posteriormente a implementação da disciplina de Libras nos cursos de graduação, como cadeira obrigatória, nos cursos de Pedagogia, Fonoaudiologia e todas as licenciaturas, e optativa para os demais cursos de graduação, (Brasil, 2005). Essa análise ocorrerá através de um caráter descritivo, segundo afirma (Gil, 2011, p.28) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações como variáveis. ”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observaremos nesta seção, quatro quadros classificados como Instituição (A), Instituição (B), Instituição (C), e assim sucessivamente. Este

mesmo quadro identifica quais instituições são de esfera pública ou privada, sendo divididas em quatro colunas respectivamente, qual encontraremos as seguintes informações: nome do curso, nome da disciplina, período e carga horária. Vamos analisar os quadros a seguir, a partir da categorização de Bardin (2011), que define a categorização como um processo de organização dos dados obtidos na pesquisa, sendo assim, um movimento de síntese e abstração, pois transforma o material coletado em domínio público em unidades significativas para a análise. Neste momento iniciaremos nossa análise a partir dos dados expostos.

Quadro 01

INSTITUIÇÃO (A) - (Esfera Pública)				
	NOME DO CURSO	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
1	LETRAS/INGLES	LIBRAS	7º Período	60 CH
2	LETRAS/ESPANHOL	LIBRAS	7º Período	60 CH
3	PEDAGOGIA	LIBRAS	5º Período	60 CH
4	MATEMÁTICA	LIBRAS	8º Período	60 CH
5	GEOGRAFIA	LIBRAS	8º Período	60 CH
6	C. BIOLÓGICAS	LIBRAS	8º Período	60 CH
7	HISTÓRIA	LIBRAS	8º Período	60 CH

Fonte: Os Autores.

Observando o levantamento do Quadro 01, qual representa a Instituição (A), unidade de esfera pública, qual selecionamos a matriz curricular dos principais cursos de Licenciatura, percebemos que todas as disciplinas possuem o mesmo nome e a mesma carga horária, mas divergem sobre em qual período essa disciplina ocorre, dos 7 documentos analisados referentes a 7 cursos de licenciaturas distintos. Com isso, perceberemos que dos 7 cursos apresentados, 4 cursos possuem a disciplina de Libras no 8º período do curso, 2 cursos apresentam a disciplina no 7º período e em 1 curso a disciplina acontece 5º período.

É necessário perceber que para que se formente o que diz a Lei 10.436/02 e o decreto 5.626/05, é importante que os cursos de formação de professores tenham acesso a essa disciplina durante seu processo for-

mativo, no capítulo IV artigo 14 inciso 1º afirma que “professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos.” Ter a presença desta disciplina na matriz curricular, é oportunizar a esses docentes em formação o conhecimento sobre o que solicita o decreto, sendo assim é necessário compreender que a presença da Libras nos cursos de formação de professores vai aproximar estes futuros docentes das necessidades destes estudantes surdos, se olharmos para o passado e fazermos o levantamento muitos professores, que já atuam a bastante tempo, e que se formaram antes da implementação desta lei, não tiveram a oportunidade de construir este conhecimento, acerca das características linguísticas e culturais da comunidade surda brasileira. Para Lacerda (2009) a inclusão real não se limita à presença física do surdo nos ambientes, mas depende de sua possibilidade de interação e expressão em sua língua natural.

Quadro 02

INSTITUIÇÃO (B) - (Esfera Pública)				
	NOME DO CURSO	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
1	LETRAS/PORTUGUES	INTRODUÇÃO A LIBRAS	5º Período	60 CH
2	LETRAS/ESPAÑHOL	INTRODUÇÃO A LIBRAS	5º Período	60 CH
3	LETRAS/INGLÊS	INTRODUÇÃO A LIBRAS	5º Período	60 CH
4	PEDAGOGIA	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	7º Período	60 CH
5	MATEMÁTICA	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	5º Período	60 CH
6	GEOGRAFIA	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	1º Período	60 CH
7	C. BIOLÓGICAS	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO	6º Período	60 CH
8	HISTÓRIA	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	8º Período	60 CH

Fonte: Os Autores.

Na instituição (B), também de esfera pública, notaremos a presença de 8 cursos analisados, quais apresentarão distiçõao acerca do nome da

disciplina e ao período que é executada. Sendo assim, teremos do total de 8 cursos, 3 com nome de introdução a Libras que ocorrerão todas no 5º período e com a mesma carga horária. 4 cursos apresentam o nome da disciplina como Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais, mas que acontecem em período distintos, sendo respectivamente, no 7º, 5º, 1º, e 8º período. Perceberemos neste grupo que existe uma disciplina que ocorre no 1º período, levando em consideração todos os conhecimentos específicos e pedagógicos que serão construídos ao longo da vida acadêmica, perceberemos que esse docente em formação ainda estará inesperiente na vivência docente, o que acarretará um uso talvez distante da práxis.

Temos 1 curso que possui como nome da disciplina Fundamentos da Língua de Sinais na Educação, neste curso, a disciplina ocorre no 6º período e possui carga horária igual aos demais cursos com 60 horas. Precisamos entender que quando falamos do ensino de uma língua, que jamais iremos colocar essa aquisição de maneira integral dentro desta carga horária, pois, aprender uma língua vai além das estratégias, é imersão e uso da mesma, vale ressaltar a importância de refletir sobre esta carga horária, vemos que para o ensino de uma língua é ainda simplório, mas essa observação não tira a importância da conquista de poder ter acesso a Libras dentro do processo formativo nos cursos de formação de professores.

Quadro 03

INSTITUIÇÃO (C) - (Esfera Privada)				
	NOME DO CURSO	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
1	LETRAS/PORTUGUES	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	3º Período	60 CH
2	LETRAS/INGLÊS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	3º Período	60 CH
3	LETRAS/ESPANHOL	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	3º Período	60 CH
4	PEDAGOGIA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	4º Período	60 CH

INSTITUIÇÃO (C) - (Esfera Privada)				
	NOME DO CURSO	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
5	ED. FÍSICA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	8º Período	60 CH
6	GEOGRAFIA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	3º Período	60 CH
7	C. BIOLÓGICAS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	3º Período	60 CH
8	HISTÓRIA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	3º Período	60 CH
9	MATEMÁTICA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS	3º Período	60 CH

Fonte: Os autores.

A instituição (C), unidade de ensino particular, que possui 9 cursos de licenciatura, todos com a disciplina intitulada Língua Brasileira de Sinais - Libras, todos também apresentam a mesma carga horária de 60h, mas, divergem no período que a disciplina é executada. Das 9 disciplinas, 7 ocorrem durante o 3º período da graduação, 1 no 4º período, e 1 no 8º período. Vale ressaltar a informação citada anteriormente que se baseia na construção dos conhecimentos do docente em formação, quando esta disciplina é realizada em um período muito no início de curso, é importante pensar que uma variedades de conceitos ainda não foram adquiridos pelos graduandos, causando uma falha, na aplicabilidade e na reflexão acerca da práxis docente, pois, é necessário que este estudante de licenciatura tenha uma construção teórica, para que cruze as informações e os conceitos construídos ao longo da disciplina, refletindo sobre sua atuação no processo de ensino aprendizagem do estudante surdo.

Quadro 04

INSTITUIÇÃO D) - (Esfera Privada)				
	NOME DO CURSO	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
1	PEDAGOGIA	LIBRAS	5º Período	60 CH
2	ED. FÍSICA	LIBRAS	8º Período	60 CH
3	C. BIOLÓGICAS	LIBRAS/EAD	7º Período	40 CH

Fonte: Os autores.

No quadro 04, referente a instituição (D), também de esfera privada, possui 3 cursos de licenciatura, estes cursos possuem o mesmo nome para a disciplina “Libras”, mas, divergem pela carga horária e pelo período de execução da disciplina. Observe-se que cada disciplina respectivamente ocorrem no 5º, 8º e 7º período, assim como sua carga horária que respectivamente se apresenta como, 60h, 60h e 40h, dentro deste quadro percebe-se que a disciplina de Libras ligada ao curso de ciências biológicas ocorre na modalidade EaD e possui carga horária inferior a todos os cursos de todas as instituições de ensino dos quadros aqui apresentados.

Percebeu-se que das 27 disciplinas analisadas, apenas 1, possui a carga horária inferior a 60 horas, além de ser a única disciplina acontecendo na modalidade EaD. Notamos que não existe uma unidade sobre qual período essa disciplina deve ser ofertada, pois em cada instituição esse período era distinto, mas em apenas 1 unidade de ensino essa disciplina acontece no primeiro período, sendo essa instituição de esfera pública. Em 7 ocorrem no terceiro período, sendo esta instituição de esfera privada. Observando nossas discussões, (Libâneo, 2001) relata que “A formação de professores deve assegurar a aquisição e o desenvolvimento de competências necessárias à atividade docente que auxiliem neste processo de ensino aprendizagem, será que em turmas que a disciplina de Libras acontece no início do curso, o conhecimento ligados as diversas disciplinas específicas do currículo, será possível, um pensamento crítico docente. É necessário compreender a legislação, observando o processo histórico até os dias atuais, como compartilhada nesta pesquisa, a comunidade surda passou por um período de muitas dificuldades, a partir da implementação da filosofia oralista, hoje vivemos um contexto bilíngue como afirma (Quadros; Karnopp, 2004) que apresenta a língua de sinais como a língua materna (L1) e o português (L2) sempre na modalidade escrita. Respeitar esta especificidade linguística, é compreender a particularidade desta comunidade, sua identidade e cultura, sendo assim, o docente em formação deve estar atento para as peculiaridades desta comunidade que possui uma língua visual-motora (Brasil, 2002), podendo

assim, fomentar práticas docentes conscientes sobre as singularidades desta comunidade surda, que deverá ser respeitado e tem o direito como afirma a constituição de 1988, que a educação é direito de todos, não é só ter a presença do intérprete em sala de aula, mas é compreender que seu papel docente é garantir o processo de ensino aprendizagem para todos estudantes inclusos em nossa sociedade, garantindo o acesso as informações e construções de conhecimento através do acesso a língua de sinais, como língua de instrução do surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a partir da matriz curricular dos cursos 27 cursos de licenciatura, em 4 instituições de ensino superior (pública/privada). Este levantamento, reflete sobre a importância da disciplina para a execução da prática docente, oportunizando observar as divergências quanto ao período que estas disciplinas são executadas, qual algumas ocorrem no início da graduação, o que levanta o questionamento sobre a imaturidade e a falta de construção teórica específica para este docente em formação, quando esta disciplina que é fornecida no início do curso impacta de maneira efetiva na formação deste docente, será que acontece o mesmo rendimento para os docentes em formação dos cursos que esta disciplina aparece na metade ou no final do curso. É necessário refletir sobre a prática docente, pois, esta disciplina moldará o docente em formação. Pois segundo (Freire, 1996, p.45), afirma que “formar professores é formar sujeitos capazes de compreender a realidade em que vivem e de transformá-la, com autonomia, criatividade e responsabilidade.” Por isso a formação de professores não será apenas técnica, o docente precisa desenvolver a autonomia e consciência crítica, tornando-se agente de transformação social. Muita coisa precisa e pode ser realizado através do uso e da difusão da Libras em nossa sociedade, é inegável os avanços que ocorreram para esta comunidade, que outrora teve seu direito linguístico

negado, isso mostra a importância de compreender estas singularidades, respeitando sua cultura e identidade.

É de extrema importância perceber que essa língua não deve ser exclusiva dos surdos, mas de todos os sujeitos envolvidos na sociedade, pois somos sujeitos interativos participantes da mesma sociedade, e ambas comunidades devem se relacionar entre si, por ser todos cidadãos pertencentes a mesma nação brasileira, garantindo ao surdo esse caráter bicultural, por estar inserido na cultura surda e na cultura ouvinte, e cabe ao docente em formação construir todo o conhecimento necessário na relação com a disciplina.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988) da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *O surdo e a educação: diferenciação, inclusão e cultura*. São Paulo: Plexus, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

PERLIN, Gladis T. T. Surdos: cultura e pedagogia. In: THOMA, Adriana da Silva;

LOPES, Maura Corcini (orgs.). *A invenção da Surdez II: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; PATERNO, Uéslei. Políticas linguísticas: o impacto do Decreto 5.626 para os surdos brasileiros. *Espaço: Informativo Técnico-Científico do INES*, Rio de Janeiro, n. 25/26, p. 19-25, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1052/998>. Acesso em: 30 out. 2025.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre a diferença*. Porto Alegre: Mediação, 1998.